

HISTÓRIA DE MULHERES CIENTISTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: MEMÓRIAS DE INFÂNCIA, MATERNIDADE, RESISTÊNCIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO

The Story of Women Scientists at the Federal University of Sergipe: Memories of Childhood, Motherhood, Resistance, and Gender Relations

Cristiane de Jesus Santana¹

Melissa Cordeiro Palmeira Santana²

Aline Lima de Oliveira Nepomuceno³

Resumo: Compreender como as mulheres conquistam espaço na ciência envolve analisar suas trajetórias, estratégias e identidades, revelando histórias de mulheres silenciadas por questões de gênero, raça e classe. Nesse contexto, esta pesquisa investiga as trajetórias de mulheres cientistas das Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), analisando como as questões de gênero, de maternidade e de memórias da infância moldam essas identidades. Utilizando uma metodologia qualitativa e descritiva com foco na História Oral, o estudo busca resgatar as memórias dessas mulheres por meio de seus depoimentos, contribuindo para a construção de uma consciência histórica individual e coletiva sobre a produção do conhecimento científico. Os dados revelam que, embora as mulheres representem 51% do corpo docente, apenas 37% estiveram ativamente envolvidas em atividades de pesquisa PIBIC 2023/24. Essa discrepância evidencia um ambiente acadêmico em que as docentes enfrentam estigmas e obstáculos à sua inserção na ciência, tanto em áreas tradicionalmente masculinas quanto em setores predominantemente femininos. A análise das entrevistas evidencia a falta de reconhecimento das necessidades específicas das mulheres, incluindo as demandas da maternidade e a divisão desigual do trabalho. Além disso, as participantes compartilharam experiências marcadas por sexismo e machismo, evidenciando também a desvalorização de suas contribuições nas produções científicas.

Palavras-chave: Mulheres. Cientistas. Identidade. Memórias.

Abstract: Understanding how women gain space in science involves analyzing their trajectories, strategies, and identities, revealing stories of women silenced by issues of gender, race, and class. In this context, this research investigates the trajectories of female scientists in the Humanities at the Federal University of Sergipe (UFS), analyzing how issues of gender,

¹ Graduada em Ciências Biológicas - Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2024). Mestranda em Ecologia e Conservação (PPEC/UFS), vinculada ao laboratório de Mastozoologia. <https://orcid.org/0000-0001-8967-5933>. E-mail: crissantana991@gmail.com.

² Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe - Licenciatura Plena (2025). <https://orcid.org/0009-0006-4365-4559>. E-mail: melissapalmeira@outlook.com.

³ Doutora em Educação (PPGED/UFS), mestra em Educação (PPGEDuc/UFRJ) e licenciada em Ciências Biológicas (UFS). Professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe (UFS), vinculada ao Departamento de Biologia (DBI) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS). <https://orcid.org/0000-0001-7936-2167>. E-mail: alinenepo@academico.ufs.br.

motherhood, and childhood memories shape these identities. Using a qualitative and descriptive methodology with a focus on Oral History, the study seeks to recover the memories of these women through their testimonies, contributing to the construction of an individual and collective historical awareness about the production of scientific knowledge. The data reveal that, although women represent 51% of the faculty, only 37% are actively involved in PIBIC research activities. This discrepancy highlights an unequal academic environment, where female faculty members face stigmas and obstacles in their insertion in science, both in traditionally male areas and in predominantly female sectors. Analysis of the interviews reveals a lack of recognition of women's specific needs, including the demands of motherhood and the unequal division of labor. Furthermore, participants shared experiences marked by sexism and male chauvinism, also highlighting the devaluation of their contributions to scientific production.

Keywords: Women. Scientists. Identity. Memories.

1 Introdução

A sociedade atual é consolidada através de um sistema patriarcal no qual as mulheres ainda são visualizadas de maneira inferiorizante, resultando em assimetrias no âmbito profissional e acadêmico (hooks, 2018). Nesse viés, a atividade científica é estritamente enxergada como um lugar de figura masculina, o que evidencia a bolha de invisibilização e de exclusão feminina na prática científica (Cavalli; Meglhiortatti, 2018).

De acordo com Perrot (1995), isso é reflexo da nossa construção histórica, na qual a figura feminina foi amplamente submetida a preconceitos e a formas de desvalorização em seu papel social na civilização. A escassa representatividade feminina é comprovada através dos poucos registros nos relatos históricos, demonstrando o apagamento efetuado nos primeiros séculos da história, em que a mulher foi limitada a um papel meramente biológico. Assim, a ciência era culturalmente considerada uma carreira inadequada para as mulheres (Chassot, 2003).

Conforme Hahner (1981), ao longo da história, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da nação não foi devidamente reconhecida, pois os moldes do patriarcado acentuaram a sua invisibilidade e ainda contribuem para que permaneça atualmente:

Durante muito tempo, as mulheres estavam ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado, e a própria existência de fenômenos como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil do século XIX (Hahner, 1981, p. 24).

Assim, por muitos anos, mulheres foram impedidas de participar da vida pública em diversas esferas, inclusive na educação formal, na qual elas eram instruídas unicamente para adquirir conhecimentos relacionados às tarefas domésticas (Tosi, 1998). As mudanças nesse cenário começaram a surgir a partir do movimento feminista, surgido no século XIX como um movimento de alcance da igualdade de direitos civis, políticos e educacionais. Tais transformações não se restringiram ao Brasil, mas fizeram parte de um processo mais amplo, abarcando a historiografia ocidental. No entanto, apesar de estatísticas mostrarem uma progressão e um envolvimento das mulheres na ciência, elas não progredem em suas carreiras na mesma medida que os homens (Lino; Mayoga, 2016).

De acordo com Schiebinger (2001), a possibilidade de a mulher ingressar nas universidades deu-se de forma discreta, uma vez que o único mecanismo para o ingresso nesses espaços era por meio das sombras de figuras masculinas, resultando em falta de protagonismo e de reconhecimento no meio científico. Isso evidencia a árdua luta das mulheres para romper as barreiras e limitações impostas ao acesso à educação superior.

Nas últimas décadas, a inserção das mulheres na comunidade científica tornou-se uma conquista, mas, apesar do progresso significativo de sua participação (Grossi et al., 2016), ainda é desafiador para elas se destacarem e obterem reconhecimentos em suas áreas de atuação. Essa dificuldade é reflexo do peso histórico atribuído a elas como cuidadoras e responsáveis do lar, em que a sua inteligência, comprometimento e capacidade científica são ocultadas do meio social e científico (Ferreira; Genovese, 2022).

Para Chassot (2003), a ciência somente sofrerá transformações de fato quando entender e reconhecer que não conseguiremos romper milhares de anos de preconceitos contra a mulher em apenas duas ou três gerações. Porém, quando nós, figuras históricas, conhecermos e compreendermos que “[...] essas concepções de uma Ciência masculina se deram, e ainda se dão, como resultado de uma História, humanamente construída, logo falível, estaremos sendo agentes dessa construção e temos possibilidades de fazer modificações” (Chassot, 2003, p. 89).

Assim, delineia-se a compreensão de que a ocupação das mulheres no âmbito acadêmico vai além da análise de suas trajetórias profissionais, englobando também os percursos que elas trilharam e as estratégias que adotaram, sejam políticas, sociais e culturais, para moldar suas identidades pessoais e profissionais. Dentro dessas trajetórias acadêmicas, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq representa um importante espaço de inserção dos estudantes de graduação no universo da pesquisa acadêmica. Por meio dessa vivência, podem ser ampliadas as possibilidades de continuidade da formação em programas de pós-graduação (Pinho, 2017). Nesse contexto, o presente estudo buscou compreender as experiências de três professoras-pesquisadoras atuantes nos cursos presenciais de Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cujas pesquisas estavam vinculadas ao PIBIC 2023-2024.

A abordagem metodológica empregada neste estudo é de natureza qualitativa, voltada para a investigação e análise descritiva das trajetórias (Minayo, 1994), utilizando o método da História Oral (HO), a fim de captar as diferentes formas como cada mulher percebe e interpreta seus caminhos trilhados, partindo do princípio de que a realidade é construída socialmente. Conforme mencionado por Tedeschi (2014), valorizar as experiências femininas implica revisar os modelos de significados presentes em todos os grupos sociais e tornar visíveis os diferentes fatores que afetam as mulheres.

Sendo assim, este artigo se propõe a relatar as trajetórias dessas mulheres cientistas que atuam no campo das Ciências Humanas da UFS, sob o viés das relações de gênero que perpassaram (e perpassam) as suas histórias e os reflexos na/para a inserção e atuação no espaço acadêmico. A estrutura do artigo está organizada em quatro seções, sendo elas: Atuação feminina das docentes nas pesquisas PIBIC 2023/2024, em que é analisada a atuação das pesquisadoras em projetos de iniciação científica e as desigualdades de gênero que permeiam o ambiente acadêmico; Recordações da infância e trajetória acadêmica, que discute as experiências vivenciadas pelas entrevistadas ao longo da infância e da formação escolar, as quais moldaram suas identidades como pesquisadoras, em meio ao machismo e às desigualdades de gênero presentes na sociedade; Maternidade e ciência: memórias sobre “ser mulher” e memórias sobre “ser mulher cientista”, que aborda os desafios enfrentados pelas pesquisadoras em conciliar suas carreiras acadêmicas com a vida pessoal, envolvendo questões

relacionadas à maternidade, e à divisão sexual do trabalho e à deslegitimação das mulheres na ciência; considerações finais do estudo.

2 Atuação feminina das docentes nas pesquisas PIBIC 2023/2024

Através do levantamento de dados (Tabela 1) realizado por meio do sistema institucional denominado Sistema Integrado de Gestão de Atividades (SIGAA), verificou-se que o Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS (CECH), o qual é constituído por 14 departamentos, possui cerca de 142 mulheres docentes (51%) e 135 homens docentes (48,7%).

Vale salientar que, em relação ao quantitativo de docentes mulheres, apenas 53 (37%) estiveram envolvidas em atividades de pesquisa durante o período de 2023/24, enquanto 63% delas não participaram ativamente de pesquisas nesse mesmo período. Os departamentos com maior número de pesquisas realizadas por mulheres são Letras Estrangeiras, com 13 projetos (9,07%), e Letras Vernáculas, com seis projetos (4,18%). Por outro lado, o Departamento de Filosofia e o Núcleo de Graduação em Ciência da Religião, compostos principalmente por homens, foram os únicos que não apresentaram professoras participando do programa PIBIC 2023/24.

Tabela 1- Análise da atuação das docentes do CECH nas pesquisas PIBIC 2023/24

DEPARTAMENTOS	DOCENTES HOMENS	DOCENTES MULHERES	DOCENTES MULHERES COM PIBIC 2023/2024
ARTES VISUAIS E DESIGN	5	8	4
CIÊNCIAS SOCIAIS	14	9	4
COMUNICAÇÃO SOCIAL	11	15	5
EDUCAÇÃO	9	23	5
FILOSOFIA	17	1	0
GEOGRAFIA	10	14	4
HISTÓRIA	13	5	3
LETRAS ESTRANGEIRAS	8	23	13
LETRAS LIBRAS	7	10	2
LETRAS VERNÁCULAS	9	14	6
MÚSICA	6	5	1
PSICOLOGIA	18	10	3
TEATRO	4	5	3
NÚCLEO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	4	0	0
TOTAL	135	142	53

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

As participantes da pesquisa foram entrevistadas através de entrevistas semiestruturadas realizadas pelo *Google Meet* durante o período de novembro/2023. A cada pesquisadora, foi atribuído o nome de uma cientista renomada nacionalmente, retirado do programa Mulher e Ciência, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que lança verbetes sobre as pioneiras das ciências no Brasil. Desse modo, foram escolhidos os seguintes nomes: Dionísia Gonçalves Pinto (Professora 1), Annita de Castilho e Marcondes Cabral (Professora 2) e Bertha Becker (Professora 3).

De acordo com Lazzarini *et al.* (2018), os números de homens e de mulheres em grandes áreas das ciências encontram-se homogêneos. No entanto, as informações apresentadas anteriormente ilustram que, apesar de o CECH ser um ambiente equilibrado em relação ao quantitativo de docentes homens e mulheres, há uma alta porcentagem de docentes mulheres que não atuam em projetos de pesquisas PIBIC. Isso pode ser reflexo de um ambiente acadêmico construído pelo viés da desigualdade de gênero que permeia não só os âmbitos considerados de predominância masculina, mas também os centros onde existe um grande percentual de atuação feminina (Vieira *et al.*, 2019). Durante a entrevista conduzida com as docentes, tornou-se evidente que persiste uma relação assimétrica no campo acadêmico e científico, conforme mencionado por Bertha Becker:

Eu nunca tive problema em desenhar propostas e ter aprovação de proposta, meu grande problema, minha grande briga sempre foi ter um espaço para instalar minhas propostas, eu demorei muito pra ter um espaço, pra conquistar um espaço, tive que conquistar na base da ocupação mesmo [...] (Bertha Becker).

Apesar do avanço das mulheres em pesquisas científicas ao longo dos últimos anos (Grossi *et al.*, 2016), elas são minoria em bolsas de produtividade em pesquisa no cenário brasileiro (Lazzarini *et al.*, 2018). Sendo assim, a despeito do aumento do acesso à educação acadêmica e ao campo científico observado atualmente, a igualdade de oportunidades de progressão na carreira científica ainda não é plenamente alcançada, tal como depreendemos da fala da mesma participante:

[...] a UFS é extremamente misógina, a UFS não abre espaço para representação de mulheres, as mulheres que conseguem espaço sempre são subestimadas. Olha só para reitorias onde tem mulheres, em projetos de extensão onde mulheres conseguem um pouco de espaço e educação básica. Humanas.. né? (Bertha Becker).

Dessa maneira, torna-se evidente que existe uma disparidade significativa na presença de mulheres nos ambientes acadêmicos, refletindo os desafios estruturais e culturais que acabam por limitar a participação e a contribuição feminina nas ciências. Essa realidade não só compromete a diversificação das produções científicas, mas também perpetua um cenário academicamente desigual para as pesquisadoras (Gouvêa; Guimarães; Fiúza, 2024).

3 Recordações da infância e trajetória

As interações das crianças com o seu ambiente, incluindo família, escola e sociedade, exercem uma influência significativa no seu desenvolvimento e comportamento (Rego, 2011). Diante disso, o foco inicial abordado nas entrevistas foram as lembranças da infância e do período escolar, como uma forma de resgate das experiências que as participantes tiveram ao longo da vida, as quais as influenciaram a trilharem os caminhos e lugares que ocupam atualmente.

O núcleo familiar exerce uma alta contribuição no desenvolvimento infantil, embora os papéis desempenhados pelos responsáveis possam diferir em termos de contexto e de conteúdo. No entanto, apesar dessas variações, ambos os cuidadores demonstram comportamentos semelhantes em termos de responsividade e afeto (Nunes; Vieira, 2009; Manfro; Macarini; Vieira, 2011). Porém, as mulheres, especialmente as mães, tendem a se envolver mais ativamente do que a figura masculina na criação dos filhos, sendo as que exercem uma influência mais significativa.

Nesse aspecto, ao serem questionadas sobre as influências que impulsionaram suas jornadas acadêmicas, as participantes afirmaram a importância de figuras femininas em suas famílias que, mesmo inseridas em contextos marcados por valores tradicionais, construíram trajetórias de autonomia por meio da educação e do trabalho:

[...] na minha família desde a minha avó, as mulheres eram muito empoderadas, mas isso não era o comum (Annita de Castilho).

[...] apesar de eu ter partido de uma realidade tão difícil, né? Tão dura, mas eu sempre tive muito apoio de minha mãe e de minha avó. Muito. Minha avó é maravilhosa (Dionísia Gonçalves Pinto).

[...] minha formação para ciência vem de experiências familiares, a minha mãe incentivava muito na educação, mas isso já é conhecido na ciência, o papel da mãe. O papel da mãe e a sua escolaridade é um preditor do desempenho [...] minha mãe foi a minha principal encorajadora (Bertha Becker).

De acordo com as falas citadas acima, mães e avós exerceram um papel muito importante no desenvolvimento da autoconfiança, atuando como propulsoras de coragem e de determinação. Essas figuras femininas serviram como referência de apoio e de incentivo à educação, inspirando-as a perseguirem seus objetivos profissionais, a desafiar normas sociais tradicionais e a buscarem carreiras que antigamente eram consideradas inatingíveis por mulheres.

No entanto, a persistência das disparidades de gênero, combinadas com outras formas de assimetria social, continuam presentes e restringem a equidade na distribuição de oportunidades (Barreto, 2014). Sobre esse ponto, a professora Dionísia Gonçalves Pinto compartilha, em suas falas, as inseguranças que enfrentou devido ao machismo e ao comportamento misógino presentes em seu ambiente familiar, como exemplificado no excerto a seguir:

Meu pai sempre foi muito machista e ele oprimia muito minha mãe em relação ao trabalho. Então ele sempre foi muito opressor, assim, em relação a isso e pra ele era, a gente ia estudar o básico e depois ia trabalhar em casa de família, essas coisas. Então, eu sempre vivi em uma casa onde tinha ali aquela luta de poderes e minha mãe dizia, não, vocês têm que estudar. Então, a luta da minha mãe era, vocês têm que estudar (Dionísia Gonçalves Pinto).

Para além da família, a escola desempenha um papel fundamental, já que tem a função de oferecer à criança um conhecimento organizado sobre as áreas que não estão diretamente ligadas à sua experiência pessoal, permitindo assim o acesso ao conhecimento científico elaborado e acumulado pela humanidade (Rego, 2011). Segundo Olinto (2011, p.76) “a experiência escolar é decisiva: ela pode contribuir tanto para a reprodução de valores e atitudes que reduzem as oportunidades das meninas quanto para a mudança decisiva em suas perspectivas profissionais”. Nesse sentido, em seu depoimento sobre a influência da escola na escolha da sua carreira científica, a professora Bertha Becker destaca a falta de incentivo das escolas brasileiras:

Então, acho que essa formação de casa de alguma maneira declinou o perfil que eu tenho hoje, sem dúvida. Não foi na escola que eu aprendi a gostar de Ciências, eu gostava de Ciências apesar da escola, a escola me fez desacreditar em mim e isso é um efeito da escola brasileira. A escola brasileira ainda valoriza a cópia, a reprodução, a crítica né? E eu tive a oportunidade de experienciar e fazer coisas que eu não podia fazer na escola, então não fui à escola. E inclusive se eu tivesse um incentivo ou se a

escola tivesse habilidade de lidar com meus gostos por Ciência quando em idade escolar, acho que seria uma cientista muito melhor do que eu sou, tá? (Bertha Becker).

De modo diferente, a descoberta da vocação profissional de Dionísia Gonçalves Pinto em sua área de atuação ocorreu por meio do impacto de duas professoras que influenciaram seu percurso acadêmico, uma no ensino fundamental e outra no ensino superior. Sua jornada educacional transcorreu integralmente em instituições públicas, o que acarretou alguns obstáculos, como a carência de docentes em determinadas disciplinas. Contudo, foi o encontro com essas professoras inspiradoras que a motivou a seguir adiante em sua carreira, como é relatado nesta fala:

Eu tive muitas professoras que me inspiraram, e essas professoras, que eram, fundamentalmente mulheres, essas professoras, começaram a falar da universidade. Na verdade, essa professora do ensino fundamental, ela já começou a falar da universidade, né? “Olhe, para ser professor tem que estudar, tem que fazer universidade. E era aquela coisa assim, porque nenhum dos meus irmãos, apesar de eu ser ali a do meio, né? Nenhum dos meus irmãos mais velhos tinha ido pra universidade, né, não tinham cursado nível superior, e nenhum dos meus primos próximos tinham cursado nível superior também. Então, até ali, até o início do meu ensino médio, era tudo muito distante, chegar na universidade [...] Uma professora do superior atravessa muito minha formação, muito. Hoje, ela é minha colega de trabalho! Ela chegou muito animada, assim. Você via que ela queria trabalhar, você via que ela queria levantar o espanhol aqui na UFS, fazer as coisas (Dionísia Gonçalves Pinto).

Sendo assim, ao longo dos depoimentos das entrevistadas, notamos como a experiência escolar e a influência familiar desempenham um papel crucial na formação e no estímulo de jovens cientistas, sendo determinantes para despertar o interesse e a dedicação pela ciência desde os primeiros anos de estudo. Porém, em muitos casos, questões relacionadas ao machismo ainda persistem no âmbito familiar, o que pode prejudicar as oportunidades de meninas e de mulheres na busca por uma carreira científica.

4 Maternidade e ciência, memórias sobre “ser mulher” e memórias sobre ser “mulher cientista”

Para Tedeschi (2014, p.14), “não há futuro para a história das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem ela não se pode construir nem resguardar a identidade”. Sendo assim, buscamos, através desta pesquisa, estimular e captar as memórias da vida de mulheres cientistas, levando em consideração as questões sociais, culturais, econômicas e de gênero que atravessaram a construção da identidade de cada uma delas. Essa investigação histórica tem como finalidade dar voz a essas mulheres, debater as desigualdades de gênero e fazer uma profunda crítica aos discursos que contribuíram para a invisibilidade das mulheres durante a história (Tedeschi, 2014).

Ao longo da história e da cultura, as ideias sociais sobre a divisão sexual do trabalho foram moldadas para restringir as áreas nas quais as mulheres poderiam atuar. Elas foram cerceadas tanto na área educacional, em que até o século XX seu papel era direcionado para os cuidados do lar e dos filhos, quanto no mercado de trabalho (Barros; Silva, 2019). Dessa maneira, os homens sempre foram encorajados a buscarem uma educação mais formal e científica, enquanto as mulheres foram educadas para as atividades domésticas, como ressaltado por Biroli (2018).

Nesse viés, o conceito de maternidade foi estabelecido como algo intrínseco à identidade feminina, sendo considerado a principal fonte de realização e de expressão da feminilidade (Trindade; Enumo, 2002). Conforme apontado por Massi (1992), as mulheres são inseridas em uma sociedade em que predomina uma ideologia patriarcal, a qual atribui aos homens lugares de autoridade, trabalho, liberdade e expressão da sexualidade, enquanto, para as mulheres, é designada a responsabilidade pelo lar e pelo papel secundário e menos reconhecido, relegando-as a uma posição de inferioridade social (Santos; Santos; Silva, 2023). Isso é expresso por Bertha Becker ao ser questionada sobre os aspectos negativos atribuídos à sua condição de mulher:

As mulheres estão no nível mais baixo, os homens no topo, as mulheres ficam retidas mais tempo, os homens sobem antes. Homens que entraram comigo no mesmo momento que eu entrei, eles estão em níveis mais altos do que, estão trabalhando mais, muito mais. Mesmo eu tendo mais produção do que eles. [...] eu esperava que aos 45 anos eu seria reconhecida pelas minhas habilidades acadêmicas e científicas, mas ainda continuo tratada como segundo plano ou vista como pedaço de carne (Bertha Becker).

A deslegitimação das mulheres no campo da ciência tem suas raízes históricas fundamentadas na estrutura patriarcal e sexista da sociedade, que discrimina as capacidades, as habilidades e as responsabilidades com base em um conceito de “determinismo biológico”, como destacado por Louro (2000). Nessa direção, Machado *et al.* (2019) apontam que, em mais da metade dos casos (54%), são as mães que assumem a maior parte das responsabilidades pelos cuidados com os filhos. Isso é corroborado pela cultura que impõe às mulheres a responsabilidade pelo cuidado, refletindo-se no ambiente acadêmico, como evidenciado por Bertha Becker:

A sociedade me performou a ter um papel de cuidadora e se eu não seguir essa performance, eu vou ser taxada, né? Como já fui taxada por ter participado de um evento científico quando meu filho tinha quatro meses, ele amamentava [...]. É sempre uma culpa por estar longe, por estar assumindo e ter que fazer uma escolha difícil, muito difícil de priorizar a carreira. E aí vai ser chamada de egoísta, orgulhosa ou priorizar a maternidade. E aí vai ser chamada na academia de acomodada. Então, sempre sendo julgada seja qual for a escolha. [...] Então, já é imbuído nas mulheres um estereótipo de cuidado que só nos sobrecarrega. Aí a gente continua sobrecarregada (Bertha Becker).

A inserção do período de licença-maternidade no Currículo Lattes tornou-se uma conquista importante para a esfera feminina e acadêmica, uma vez que reconhece o impacto que as mulheres pesquisadoras sofrem na conciliação do papel de mãe com a carreira científica, pois, durante esse período, há uma baixa significativa na produtividade científica dessas mulheres (CNPq, 2021). A construção dos papéis pré-determinados para cada gênero evidencia a disparidade entre homens e mulheres no âmbito profissional, na medida em que pressupõe que as mulheres dediquem mais tempo às tarefas domésticas (Santos; Santos; Silva, 2023), o que reflete em menos tempo e energia para se dedicarem a pesquisas e estudos. Por outro lado, os homens com menos compromissos domésticos têm mais disponibilidade para se dedicarem ao ambiente acadêmico e profissional (Gouvêa; Guimarães; Fiúza, 2024).

Desse modo, a maternidade afeta significativamente a produção científica, a qual tem sido influenciada por uma cultura no masculino (androcêntrica), conforme apontado por

Schiebinger (2001). Nesse sentido, a trajetória das mulheres na ciência é moldada por um ambiente que segue o “modelo masculino de carreira”, requerendo total dedicação ao trabalho, excelência na produção científica, postura competitiva no meio acadêmico e o reconhecimento de atributos historicamente ligados ao universo masculino (Velho, 2006).

Apesar de indicadores mostrarem que as mulheres estão cada vez mais presentes no campo da ciência, inclusive superando em número os homens em algumas áreas, a progressão na carreira ainda não ocorre de forma equiparada entre os gêneros, como apontado por Lino e Mayoga (2016). Aquelas que conseguem avançar ainda se deparam com situações desconfortáveis e adversas durante esse percurso.

Nesse cenário, para diversas cientistas, equilibrar a vida pessoal com a carreira científica pode representar conflitos recorrentes de funções em suas vidas (Lemos; Mello; Guimarães, 2014), considerando-se que ainda perdura na sociedade atual a divisão sexual do trabalho. Embora tenham ocorrido grandes avanços em relação ao contexto vivenciado pelas entrevistadas durante a infância, a equiparação de homens e mulheres em relação à divisão das responsabilidades domésticas ainda constitui um grande desafio. Dessa forma, as mulheres continuam assumindo duplas ou triplas jornadas de trabalho, como ressaltado por Annita de Castilho e Marcondes Cabral e Bertha Becker. A primeira participante enfatiza essa falta de simetria como geradora de uma importante dificuldade vivenciada durante a sua trajetória na pós-graduação:

[...] A gente tem dupla e tripla jornada de trabalho, né? porque mesmo eu trabalhando aqui na universidade quando chego em casa tenho que dar conta de tudo e olhar tudo. Isso é diferente para o homem, porque ele, muitas vezes, quando chega em casa tem tudo pronto, né? E a gente não. Por exemplo, para eu fazer um mestrado e doutorado foi difícil nesse sentido, porque eu era mãe e tinha filhos pequenos e trabalhava [...]
(Annita de Castilho e Marcondes Cabral).

De acordo com uma pesquisa conduzida por Borsoi e Pereira (2011), a carreira acadêmica impacta diretamente a saúde das docentes, incluindo a carga de trabalho intensa, as exigências de produtividade e a competição acirrada, de tal modo que os autores constataram que as mulheres estão sujeitas a uma maior vulnerabilidade em relação à saúde em comparação com os homens. Nesse aspecto, as mulheres docentes tendem a experienciar mais frequentemente sentimentos de exaustão mental e emocional, fadiga e depressão devido ao maior envolvimento com as responsabilidades familiares e domésticas. Isso resulta em jornadas de trabalhos mais longas, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico. Sendo assim, as exigências científicas são, muitas vezes, “[...] facilitadores das desigualdades [...] por desconsiderar o contexto de cada mulher e as desigualdades historicamente construídas” (Barretto; Monteiro, 2020, p. 34).

O conceito de gênero, atualmente, é entendido como algo muito além de um determinismo biológico. Grande parte da dualidade estabelecida entre os gêneros faz parte de uma construção social que determina, através de processos culturais, sociais e históricos, os papéis que homens e mulheres devem desempenhar na sociedade (Foucault, 1988). Sendo assim, constatamos que apenas as diferenças biológicas entre os corpos não determinam as dinâmicas das relações de poder existentes na sociedade, porquanto o gênero é apenas “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p.86). Essas relações são mais profundamente baseadas em doutrinas, sendo elas religiosas, educativas, científicas e políticas, e fortalecem os problemas que envolvem a binaridade de gênero (Scott, 1990). Em outras palavras, como defendido pelo antropólogo Maurice Godelier (1981), não é um corpo

sexuado que intimida a sociedade, e sim a sociedade que impõe tabus e restrições à sexualidade do corpo.

Ao narrar suas memórias positivas sobre sua condição de mulher, a professora Annita de Castilho faz uma menção à importância de ter tido figuras femininas empoderadas em seu núcleo familiar, pois, devido a isso, ela pôde mudar sua realidade e buscar sua independência:

Eu nasci em uma família que embora seja sertaneja, era de mulheres muito independentes, tive várias primas que eram casadas, moravam lá no interior, mas que saíam para estudar e fazer curso de magistério. Então, eu tive muitos exemplos dessa força da mulher, desse empoderamento que me instigou a sair e não ter medo [...] (Annita de Castilho).

A naturalização dos papéis de gênero na sociedade perpetua ideias tradicionais como a do homem provedor e a da mulher submissa. Essas ideias estruturam o patriarcado através da hierarquização entre os sexos e das relações de poder. Ao homem, é imposto o estereótipo de força, assertividade, racionalidade e liderança, e às mulheres é imposto o de sensibilidade, vulnerabilidade, passividade e gentileza (Bourdieu, 2012). Essas concepções tradicionais, por muitos anos, garantiram os papéis de homens e mulheres na sociedade, colocando os primeiros no centro de todo o poder. Devido a isso, muitas mulheres se mantiveram presas ao papel de mãe, esposa e dona de casa durante toda a vida, mas, graças à luta feminista, esse cenário evoluiu e se modificou com o passar do tempo.

Embora esses estereótipos ainda se mantenham fortes e enraizados, tendo em vista que “a expectativa geral é de que as mulheres apoiem a ‘reputação’ da família, com suas atitudes sociais tradicionais” (Miller, 2002, p. 251), o empoderamento feminino, sobretudo no âmbito familiar, como citado por Annita de Castilho através dos exemplos da sua avó, mãe e primas, é extremamente valioso para o rompimento do ditame patriarcal, pois encoraja e facilita a busca das mulheres por independência e igualdade.

Quando perguntada sobre como é “ser mulher” na sociedade atual, a docente Bertha Becker expôs os desafios que constantemente enfrenta por sua condição feminina e pelas desigualdades de gênero que vivencia no ambiente de trabalho. Em sua fala, ela relata:

As mulheres estão no nível mais baixo, os homens no topo, as mulheres ficam retidas mais tempo, os homens sobem antes. Homens que entraram comigo no mesmo momento que eu entrei, eles estão em níveis mais altos do que eu, mesmo eu tendo mais produção do que eles (Bertha Becker).

Ao relatar que os homens estão no topo e em cargos de alto nível, mesmo com um número de produção muitas vezes inferior, a professora Bertha fala de uma dinâmica, fruto do sistema patriarcal, muito comum no campo profissional: a divisão sexual do trabalho, que nada mais é do que “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599). Ou seja, é a forma com que determinadas profissões e posições de poder são historicamente e socialmente designadas aos homens. Essa dinâmica parte de dois princípios: o de que existe o ‘trabalho do homem’, pertencente à esfera produtiva, e o ‘trabalho da mulher’, pertencente à esfera reprodutiva; e o de que o trabalho do homem tem mais relevância social do que o trabalho da mulher, reforçando os estereótipos e papéis de gênero construídos na sociedade (Hirata; Kergoat, 2007).

Nesse âmbito, apesar do crescente envolvimento das mulheres no mercado de trabalho e da contínua luta por direitos, igualdade e reconhecimento, o machismo estrutural permanece de forma enraizada, limitando e afetando o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres em diversas esferas sociais. Na esfera acadêmica, não é diferente. Em sua experiência como mulher, num cargo de coordenação, a docente Bertha conta como, por diversas vezes, sente-se invalidada, invisibilizada e objetificada:

Eu sou coordenadora de um programa de pós-graduação que teve por 4 anos um coordenador homem, durante esses 4 anos nunca houve objeções. Em todas as minhas reuniões eu sou torpedeada de objeções e acusações [...] é difícil ser mulher no mundo, eu queria ser mais positiva, mas eu to numa fase bastante negativa, porque eu esperava que aos 45 anos eu já estaria madura e seria reconhecida pelas minhas habilidades acadêmicas e científicas, mas ainda continuo tratada como segundo plano ou vista como pedaço de carne (Bertha Becker).

Consonantemente à narrativa da professora Bertha, pode-se notar que, em cargos mais altos, as mulheres tendem a ser descredibilizadas e desvalorizadas. Também conhecido como “segregação vertical”, o “teto de vidro” consiste em uma barreira invisível, porém concreta, que limita o desenvolvimento das mulheres no ambiente de trabalho, causando desmotivação e forçando-as a se esforçarem o dobro do que os homens para alcançar os mesmos objetivos de carreira. Esse termo foi criado na década de 1980 e, de acordo com Olinto (2011, p. 69), pode ser definido como “os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens”.

Sendo a única docente pesquisadora entrevistada a se autodeclarar uma mulher preta, a professora Dionísia Gonçalves contribuiu de forma relevante para a pesquisa, abordando, além de questões de gênero, questões raciais. Ao ser questionada sobre as memórias positivas e negativas sobre sua condição de mulher na sociedade, a professora Dionísia fez um importante recorte racial, contando situações relativas à sua condição de mulher preta dentro e fora da universidade.

Em sua entrevista, ela relata como principal memória positiva ter sido a primeira mulher negra e primeira sergipana a conquistar uma vaga no departamento em que atua e o quanto isso serve de inspiração para seus alunos e alunas. Em contrapartida, afirma que as questões raciais sempre a atravessaram, tornando-a vítima de episódios de preconceitos e discriminações durante toda sua vida, desde comentários sobre seu cabelo à inferiorização da sua capacidade intelectual. Entre as memórias que aponta como negativas, a docente relata um desses episódios:

Essas questões de racismo sempre me atravessaram. Inclusive, por exemplo, um amigo do meu marido. Meu marido falava muito de mim “Minha esposa é professora de universidade!”, todo empolgado. E aí, um dia eu fui na casa desse amigo, ele olhou pra mim e disse “Essa é sua esposa?” Como quem diz “Como assim é uma mulher negra?” Ele não disfarçou. Eu fiquei muito mal. Quando a gente chegou em casa, meu marido me pediu desculpas, ele percebeu também. Porque é isso, né, é a mesma coisa do assédio, às vezes você pensa “Será que é coisa da minha cabeça?” Mas não é (Dionísia Gonçalves).

Para Almeida (2018, p. 25), o racismo é “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual

pertençam”. Por trás da pergunta “essa é sua esposa?”, nota-se uma quebra na expectativa do amigo do marido da docente, que, ao imaginar uma mulher culta, numa elevada posição social, imaginou também a sua cor, com base no estereótipo de mulher branca. A situação relatada pela professora Dionísia mostra como, em muitos casos, o racismo opera de maneira passivo-agressiva, ferindo através da sutileza os direitos e a dignidade do outro. Como abordado no trecho “é a mesma coisa do assédio, às vezes você pensa “Será que é coisa da minha cabeça?” Mas não é”, essa sutileza acaba gerando dúvidas sobre o entendimento da violência sofrida, até mesmo para as vítimas.

A modalidade discriminatória de práticas racistas por meio de atos mascarados é denominada “racismo velado” e é amplamente difundida no Brasil há gerações. Essa forma de violência se faz presente nas relações sociais, políticas e econômicas e, assim como o machismo estrutural, é um importante mecanismo para a manutenção das desigualdades sociais, mais especificamente das desigualdades raciais e de gênero. Em outras palavras, “racismo e sexismo colocam as pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia” (Almeida, 2018, p. 160).

A desigualdade de gênero e a representatividade das mulheres na ciência é algo que vem sendo discutido há anos. Apesar de a figura feminina, historicamente, sempre ter contribuído para a produção de conhecimento científico, as mulheres só foram reconhecidas como cientistas em meados do século XX (Schiebinger, 2001). Esse fato ressalta o quanto a ciência sempre esteve atrelada exclusivamente à figura masculina ao longo da história.

De acordo com a historiadora Londa Schiebinger (2001), tanto o fazer como o saber científico ocidental foram moldados pelo androcentrismo, pois, ao longo da história, a ciência partiu da centralidade do olhar masculino como foco para a análise de um todo. Dessa forma, é possível afirmar que, ao contrário do esperado, a ciência nunca foi neutra. A representação do fazer científico baseada na figura do homem hétero, cis, branco e ocidental (Löwy, 2009) influenciou diretamente o saber científico durante séculos (Schiebinger, 2001). Portanto, a participação igualitária das mulheres na ciência é extremamente necessária e positiva, uma vez que cria a possibilidade da integração de novos saberes e valores, através de diferentes perspectivas, além da ampliação de novos discursos.

Apesar dos avanços para a inserção das mulheres na ciência e dos esforços em busca de condições igualitárias, ainda existem muitos obstáculos a serem superados. A violência, o preconceito e a discriminação enfrentados por elas fazem parte de um articulado sistema que tem como intuito manter o distanciamento e as desigualdades entre os gêneros, privilegiando apenas um, o gênero masculino. Assim como defendido por Olinto (2011, p. 71), “o distanciamento entre homens e mulheres na ciência é um processo que envolve diversos tipos de ganhos que beneficiam os homens: a promoção, a obtenção de bolsas de estudo, a ocupação de cargos de chefia ou liderança, assim como os ganhos salariais”. Sendo assim, a assimetria dessas relações é necessária para a manutenção desse sistema na sociedade, e na ciência não é diferente.

Ao longo da entrevista, o questionamento “como você percebe as relações de gênero na produção científica na universidade?” levantou importantes reflexões por parte das professoras acerca das relações de gênero e do fazer científico no espaço acadêmico. Para elas, a desigualdade de gênero e o viés machista, dentro da universidade, são fatos, e suas consequências atingem, direta ou indiretamente, todas as docentes. Para a professora Bertha, a representatividade feminina em cargos de poder dentro das universidades é uma importante chave no combate às desigualdades de gênero na ciência. Segundo ela, “língua é uso, para a gente ter mais uso do feminino a gente precisa ter mais mulheres em espaços de poder,

precisamos de mais pró-reitoras, mulheres em cargos mais altos e mulheres nas listas de cientistas de maiores impactos”. Ela complementou sua reflexão abordando sobre como os homens são vistos na sociedade:

As métricas favorecem homens que não têm os efeitos de maternidade e os efeitos do viés de gênero propriamente dito [...]. Então dentro da universidade a questão toda é uma questão de representatividade. Os homens que fazem o que eu faço serão rotulados de assertivos ou de líderes, qualquer coisa que eu fizer vou ser taxada de briguenta e encrenqueira (Bertha Becker).

O Brasil foi um dos primeiros países a ultrapassarem uma importante barreira na história da formação educacional no ensino superior, pois, de acordo com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CGEE, 2010), desde 2004, a presença feminina no doutorado tornou-se significativamente alta, alcançando o número da presença masculina nesse elevado nível de formação. Isso implica dizer que, atualmente, os números de homens e de mulheres cientistas são equivalentes, existindo uma equidade de gênero no quesito quantitativo (CNPq, 2010). Todavia, o CNPq mostra que, em cargos de liderança, a presença feminina cai significativamente, sendo os homens os principais requisitados para a ocupação desses cargos (Grossi *et al*, 2016). Esse fato reforça a narrativa da professora Bertha e nos mostra o quão longe estamos de uma igualdade de gênero de fato.

Já as docentes Anitta e Dionísia mencionaram que a maioria dos docentes que compõem os departamentos nas áreas em que atuam são mulheres e, por isso, não sentem diretamente o impacto do machismo e da desigualdade de gênero no âmbito profissional. Entretanto, legitimam e reconhecem a luta e os obstáculos enfrentados por mulheres dentro da universidade e do campo científico, como podemos identificar nas falas a seguir:

Na minha área de humanas, eu não vejo muito preconceito. Mas assim, pelo que eu vejo na universidade, a questão de gênero é forte, porque quando você olha na ciência tem muito mais homem do que mulher, isso é fato. Mas na área de humanas tem muitas mulheres [...]. Aqui na pós-graduação em Geografia quem domina são as mulheres (Annita de Castilho).

Em relação à diminuição intelectual e acadêmica, eu não sinto muito porque dentro do meu campo, dentro da minha área, tem mais mulheres, então, a gente não tem essa opressão dentro de nossa área. [...] a gente consegue perceber essa opressão, sobretudo, por exemplo, quando é cargo de gestão. Confiam mais que seja um homem, quando é mulher, é colocada mais à prova [...] (Dionísia Gonçalves).

Embora existam diversas evidências científicas que comprovam que não há diferenças na capacidade intelectual e de aprendizagem entre homens e mulheres, as mulheres ainda são sub-representadas em cargos de prestígio e, conseqüentemente, de níveis salariais maiores. Esse fato, somado ao histórico de concentração das mulheres em áreas consideradas femininas, evidencia a existência do “teto de vidro” (Olinto, 2011).

Ao relatar que, em cargos de gestão, as mulheres são “colocadas mais à prova” do que os homens, a professora Dionísia está descrevendo esse fenômeno. De acordo com Weinberger (2011), é possível interpretar o “teto de vidro” de duas maneiras: práticas discriminatórias que dificultam a ocupação das mulheres em posições de prestígio; e práticas que retardam o processo de ascensão de mulheres bem-sucedidas, mesmo estando em condições iguais, ou até

melhores, que os colegas de trabalho do sexo masculino. O caso relatado pela professora trata do segundo tipo.

À medida que as mulheres foram conquistando espaços e ascendendo no mercado de trabalho, elas passaram a desempenhar tanto funções relacionadas aos cuidados com a casa e os filhos quanto funções relacionadas à carreira profissional, ou seja, “[...] passaram a ocupar os dois espaços: o doméstico e o laboral” (Canabarro; Salvagni, 2015, p. 92). Isso trouxe à tona diversas questões e obstáculos para a vida pessoal e profissional dessas mulheres, como os mencionados pela professora Anitta de Castilho e Bertha Becker. Quando feita a pergunta “como você vê a relação entre ser mulher e ser cientista? Há entraves?”, as professoras expuseram a sobrecarga feminina proveniente da divisão do trabalho doméstico:

Existem, porque a gente tem dupla e tripla jornada de trabalho, né? Porque mesmo eu trabalhando aqui na universidade quando chego em casa tenho que dar conta de tudo e olhar tudo. Isso é diferente do homem, porque ele, muitas vezes, quando chega em casa tem tudo pronto, né? E a gente não (Anitta de Castilho).

A sociedade me performou para ter um papel de cuidadora e, se eu não seguir essa performance, eu vou ser taxada, né? [...] temos agora uma geração de mulheres, que é a geração sanduíche. A vida da mulher está ‘ensanduichada’, primeiro cuida dos filhos, quando os filhos começam a ganhar sua independência, começam o cuidado com os pais (Bertha Becker).

A princípio, o trabalho da mulher se restringia aos cuidados com o lar e com os filhos, entretanto, a concepção tradicional da família e do papel da mulher na sociedade vem sendo repensada e modificada desde o século XX, devido à luta feminista por direitos iguais aos dos homens (Dias, 1997). Hoje, muitas mulheres são chefes de famílias e provedoras do lar, papel que antes era exclusivamente designado aos homens (Castells, 2002).

Apesar de a inserção no mercado de trabalho, a conquista da independência financeira e a oportunidade de construção de uma identidade profissional serem grandes marcos históricos para a vida das mulheres e a luta feminista, a desigualdade de gênero permanece acentuada, sobretudo por uma nova discussão, voltada ao acúmulo do trabalho doméstico somado ao trabalho fora de casa. Atualmente, as mulheres enfrentam uma sobrecarga por uma tripla jornada de trabalho, sendo donas de casa, mães e profissionais, devido à baixa participação masculina na divisão das tarefas do lar e dos cuidados com os filhos.

No que diz respeito às horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico, dados do IBGE (2013, p. 151) apontam que as mulheres dedicam, em média, 20,8 horas semanais aos cuidados com o lar e com os filhos, além das horas dedicadas à jornada de trabalho. Já os homens dedicam menos da metade desse tempo, ficando, em média, com 10 horas semanais voltadas para as atividades domésticas. Esse é um dos principais fatores que desfavorecem e limitam a permanência e o desempenho das mulheres no âmbito profissional (Canabarro; Salvagni, 2015).

5 Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo compreender os desafios enfrentados por mulheres cientistas nas Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, explorando suas trajetórias e recuperando memórias da infância e experiências profissionais que contribuíram para a formação de suas identidades como mulheres. Também procurou refletir sobre as questões de gênero que permeiam o ambiente acadêmico em que elas estão inseridas.

Ao analisar as narrativas das docentes, notamos problemas nas suas relações profissionais e pessoais causados pelas distinções sociais de gênero. Essas questões são identificadas desde a infância, revelando sua natureza profundamente enraizada e estrutural. A pesquisa mostra que essas dificuldades não são apenas circunstanciais, mas resultam de um sistema que perpetua estereótipos e discriminações de gênero.

Embora as Ciências Humanas incorporem cursos bem representados pela figura feminina, podemos concluir que ainda há um longo caminho para alcançar a igualdade de gênero na sociedade, especialmente no campo científico, foco da pesquisa. Ainda há muitos estereótipos, discriminações e preconceitos desencorajando e limitando o desenvolvimento da identidade profissional das mulheres cientistas. É preciso romper com os padrões do falocentrismo em todas as esferas sociais e continuar abordando a temática “Gênero X Ciência” em pesquisas no ambiente acadêmico, dando voz à luta e à trajetória de vida dessas mulheres, a fim de que sejam fomentadas políticas públicas que garantam uma universidade sem barreiras e contribuam para o avanço científico na sociedade brasileira.

Dito isso, este estudo destaca a necessidade de ações concretas para promover a igualdade de gênero na academia, como políticas institucionais nas universidades para a criação de um ambiente inclusivo e respeitoso, pois somente com essas iniciativas será possível superar as barreiras históricas e estruturais que limitam o potencial das cientistas. Pensando nisso, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), foco da pesquisa, vem desenvolvendo debates e iniciativas voltadas à equidade de gênero, sobretudo no que diz respeito à ampliação da participação feminina em espaços de liderança, pesquisa e produção científica. Entre essas ações, destacam-se políticas institucionais como o programa Mulher e Ciência, do CNPq, que visa incentivar produções científicas sobre questões de gênero, mulheres na ciência e feminismos, com o objetivo de discutir e ampliar a presença feminina nos meios científico e acadêmico; e a inclusão da licença-maternidade no Currículo Lattes em conjunto com o movimento Parent in Science. Ambas as iniciativas focam no impacto que a maternidade possui para a carreira científica de mulheres pesquisadoras, com a finalidade de minimizar possíveis efeitos negativos na sua produtividade durante esse período, assegurando a permanência delas na ciência.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARRETO, A. **A mulher no ensino superior distribuição e representatividade.** Rio de Janeiro: Cadernos do GEA, 2014.

BARRETTO, R. S.; MONTEIRO, L. de S. Maternidade, trabalho e temporalidade: diálogos relevantes na Covid-19. In: SOUTO-MARCHAND, A. S. de; GALVÃO, E.; FERNANDEDES, M. (org.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade.** Porto Alegre: Fi, 2020.

BARROS, S. C. da V.; SILVA, L. M. C. Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/06.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORSOI, I. C. F.; PEREIRA, F. S. P. S. Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 119–145, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/310150898_Mulheres_e_Homens_em_Jornadas_Sem_Limites_Docencia_Genero_e_Sofrimento. Acesso em: 10 jul. 2024.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANABARRO, J. R. S.; SALVAGNI, J. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 88-110, 2015. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVALLI, M. B.; MEGLHIORATTI, F. A. A participação da mulher na ciência: um estudo da visão de estudantes por meio do teste DAST. **Actio: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 86-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/viewFile/7513/5648>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS EM CIÊNCIA - CGEE. **Doutores 2010:** estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília-DF: CGEE, 2010.

CHASSOT, A. **A ciência é masculina? É, sim senhora**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq. **Número de mulheres cientistas já iguala o de homens**. Brasília, DF: CNPq, 2013. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/905361. Acesso em: 20 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes**. Brasília, DF: CNPq, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 13 maio 2026.

DIAS, M. L. **Vivendo em família:** relações de afeto e conflito. São Paulo: Moderna, 1997.

FERREIRA, K. P.; GENOVESE, C. L. C. R. Os desafios das mulheres na Ciência: Marie Curie como figura feminina no campo científico. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 27, n. 2, p.1-16, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/8837>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FOUCAULT, M. et al. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GODELIER, M. **The origins of male domination**. Londres: New Left Review, 1981.

GOUVÊA, T. G.; GUIMARÃES, M. L.; FIÚZA, A. L. Relações de gênero e carreira docente: impactos, desafios e perspectivas. **Temporalis**, Brasília, v. 24, n. 48, p. 420-437, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p420-437>. Acesso em: 14 set. 2024.

GROSSI, M. G. R. et al. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 11-30, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44269>. Acesso em: 17 ago. 2024.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2024.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LAZZARINI, A. B. et al. Mulheres na Ciência: papel da educação sem desigualdade de gênero. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 188-194, 2018. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1717. Acesso em: 13 set. 2024.

LE MOS, A. H. C.; MELLO, G. R.; GUIMARÃES, M. F. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração y querem? **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 135-152, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273431082010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LINO, T. R.; MAYOGA, C. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 96-107, 2016. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4239>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 13 set. 2024.

LÖWY, I. Ciências e gênero. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MACHADO, S. A.; PENNA, C. M. M.; CALEIRO, R. C. L. Cinderela de sapatinho quebrado: Maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912311>. Acesso em: 27 set. 2024.

MASSI, M. **Vida de mulheres**: cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MILLER, L. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Seminário de treinamento para juízes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Tradução de Osmar Mendes, v. 2, n. 1, p. 1-54, 2002. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/exposicoes/sociedade/publicacoes/criola/Protegendo%20as%20mulheres%20OS-0754-03.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. L. et al. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

NUNES, S.; VIEIRA, M. Fundamentos históricos e epistemológicos no estudo do comportamento paterno. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 27, n. 57, p. 103-115, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19625>. Acesso em: 23 set. 2024.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5 n. 1, p.68-77, 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 23 set. 2024.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1995\(4\)/Perrot.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1995(4)/Perrot.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

PINHO, M. J. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 658-675, 2017.

REGO, T. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SANTOS, D. V. B.; SANTOS, G. V.; SILVA, P. M. Limitações da emancipação feminina: a divisão de gênero. **Revista Goitacá**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagoitaca/article/view/59849/35860>. Acesso em: 20 set. 2024.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados-MS: UFGD, 2014.

TOSI, L. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 369–397, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 28 set. 2024.

TRINDADE, Z. A.; ENUMO, S. R. F. Triste e Incompleta: Uma Visão Feminina da Mulher Infértil. **Psicologia USP, São Paulo**, v. 13, p. 151–182, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/jR8vxx3VJBfcQcppNcwhztj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2024.

VELHO, L. Prefacio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (org.). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento.** Londrina: IAPAR, 2006.

VIEIRA, A. et al. Um estudo das relações entre gênero e âncoras de carreira. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 577-589, 2019.

MANFROI, E. C.; MACARINI, S. M.; VIEIRA, M. L. Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-69. 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000100007. Acesso em: 25 set. 2024.

WEINBERGER, C. J. In search of the glass ceiling: Gender and earnings growth among US college graduates in the 1990s. **ILR Review**, Ithaca, v. 64, n. 5, p. 949-980, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/64838551/In_Search_of_the_Glass_Ceiling_Gender_and_Earnings_Growth_among_U_S_College_Graduates_in_the_1990S. Acesso em: 27 jun. 2024.

Recebido em novembro de 2025.

Aprovado em junho de 2026.